



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 22/2024, em que é recorrente **Savo Tripcevic** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 101/2024

### I. Relatório

1.O senhor **Savo Tripcevic**, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão n.º 63/2024, de 27 de março, proferido pelo Venerando Supremo Tribunal de Justiça, recorreu para o Tribunal Constitucional, tendo o recurso de amparo sido admitido a trâmite através Acórdão n.º 61/2024, de 09 de setembro, mas restrito às seguintes condutas:

Primeira, o facto de o Supremo Tribunal de Justiça ter, através do *Acórdão* n.º 63/2024, de 27 de março, considerado que não é contrário à dignidade da pessoa humana o Tribunal se dirigir a arguidos como pessoas de carne e osso;

Segunda, o facto de o Supremo Tribunal de Justiça ter, através do *Acórdão* n.º 63/2024, de 27 de março, considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, fosse feita em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco.

2. O recorrente motivou o seu recurso, alegando, no que releva para o presente desafio, o seguinte: “ 11.1. *perante uma fundamentação “... bastante austera, lacónica, que não chega a ser perfunctório, que peca por alguma exiguidade e uma grave incipiência,” foi protergado o direito fundamental a ampla defesa e ao recurso do recorrente, pelo que o STJ devia anular a decisão do TRS.*

11.2. *Reduzindo um ser humano a carne e osso, sem o elemento caracterizador do ser humano, viola o direito à dignidade humana prevista no art. 1.º, n.º 1 da CRCV.*

*11.3. Prevê a lei de modo claro e taxativo, limitando os poderes dos juízes sobre a acusação, constituiu o julgador no dever de despachar no sentido de não aceitar a acusação que não tiver a narração dos factos constitutivo dos elementos subjetivos do tipo.*

*11.4. O STJ legitimou esse comportamento que claramente, consistiu uma violação do princípio da vinculação temática, não sendo permitido, ao Tribunal acusar, pois, a acusação além de ser uma competência reservada ao MP, não pode ser alterada no julgamento, sobretudo, quando os factos que consta da acusação não sejam crime.*

*11.6. O acórdão n.º 63/024, legalizou e faz uso dessa prova proibida, para condenar o arguido, o contamina de nulidade insanável.*

*11.7. In casu, de forma reiterada superou-se a falta de elementos probatório na valoração negativa do exercício do direito ao silêncio, um direito que o arguido pode e deve exercer sem consequência negativas, enquanto sanção por exercício desse direito, transpondo assim é que a lei ordinária que obriga o Juiz a alertar, para não dizer convidar, o arguido a se posicionar sobre este direito sacrossanto, violou de forma ostensiva o art. 35.º, n.º 2 do CRCV.*

*11.8. E é o próprio Juiz que investido no seu poder-dever nos termos referidos que garante ao arguido, que se o mesmo ficar em silêncio não terá efeito negativo ou prejuízos em consequência do exercício desse direito, para retirar ilações negativas em consequência do exercício do direito ao silêncio com prejuízo para o arguido, o que torna a decisão recorrida nula por violação do direito ao silêncio previsto no art. 35, n.º1 da CRCV, pois, na sentença de 1ª instância é manifesto esse comportamento por parte do Tribunal, em várias passagens da decisão.*

*11.9. O MP escondeu a data do desembarque e isso é nítido no processo, pois, do mesmo é patente que não há nada, nenhum documento a reportar a data do desembarque no cais da Praia.*

*11.10. Tendo a defesa tomado conhecimento só no dia 14.11.2022, através das declarações da testemunha Mário Pereira, da real data do desembarque, o que evitado pelo MP, requereu ao tribunal a notificação das autoridades competentes por forma a*

*confirmar a data do desembarque com vista a nulidade da apreensão da droga (ficheiro: Req. Defesa-129-2022: passagem 11:59-14:50).*

*11.11. O requerimento da defesa foi ignorado tendo o processo passado a fase seguinte, o das alegações, violando de forma flagrante o princípio da ampla defesa, constituindo, uma nulidade da sentença por omissão de pronuncia sobre uma questão fundamental para a defesa.*

*11.12. O STJ considerou que esta conduta irrelevante. Negar um requerimento da defesa que tem como firme ficto, demonstrar, que afinal os dados dos autos podem ser outros, permitido a defesa arguir a nulidade da apreensão, pois, o único momento que teria dados reais e levados aos autos pela testemunha da acusação era aquele momento, por isso, foi prostergado, o direito ao constitucional ao contraditório e a ampla defesa.*

*11.13. Pois, sem considerar o requerimento da defesa, requerendo a notificação das autoridades componentes para comprovar o desembarque da droga no cais da Praia, se no dia 04, 05, 06 de abril de 2022, o Tribunal passou o julgamento a fase seguinte o das alegações, violando de forma flagrante o princípio da ampla defesa, constituindo, uma nulidade por omissão, essa nulidade é patente, pelo devia ter sido sancionado pelo STJ.*

*11.14. Devendo ser declarada nula a notificação dos acórdãos n.º 63/2024 e 79/2024 ao arguido em língua Inglesa, que não língua materna, com a consequência nulidade do processado que se seguiu a estes actos, por violação dos direitos constitucionais de acesso justiça, do processa justo e equitativo, do art.º 22, da CRCV, conjugado art.º 35, n.º 6 e 7 da CRCV.*

*Conclui o seu arrazoado em relação as condutas admitidas que “12.4 Seja declarado que uma decisão que tratar o requerente como arguido de carne e osso, fere à dignidade humana prevista no art. º1, n.º da CRCV.*

*12.5. Seja reparado o direito de requerente ao à dignidade humana previsto no art.º 1º, n.º 1 da CRCV.*

*12.11. Seja declarada nula a notificação dos acórdãos n.º 63/2024 e 79/2024 ao arguido em língua Inglesa, língua que não a materna, que fala e entende um pouco, por violação dos direitos constitucionais de acesso justo e equitativo.*

*12.12. Seja reparado o direito do requerente a ser notificado da decisão judicial criminal na língua materna”.*

3. Tendo sido notificado para, na qualidade de entidade recorrida, responder, o Supremo Tribunal de Justiça optou pelo silêncio.

4. O processo seguiu com vista ao Ministério Público e este, através do douto parecer de Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral Adjunto, teceu, no essencial, as considerações que se seguem:

“(…)

### *III. Das medidas necessárias*

*Nestes autos de recurso, o recorrente alega violação, do princípio da dignidade da pessoa humana (art.º 1 da CRCV), quando o Acórdão n.º 63/2024 e Acórdão n.º 79/2024 do STJ considerou que não existe qualquer inconstitucionalidade quando na sentença, o Tribunal dirigiu-se ao arguido como pessoa de “carne e osso”. Entende o recorrente que ao utilizar esta expressão colocou o recorrente no limite ao nível dos animais, ou mesmo de um cadáver que é carne e osso (de um objeto), que não são dotados de características únicas que cada ser humano possui, o espírito e a personalidade humana.*

*Segundo Jorge Reis Novais, em Os Princípios Constitucionais Estruturantes da República Portuguesa (Coimbra Editora, 2004, p. 51), o princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado no artigo 1.º da Constituição, é reconhecido como umas das bases fundamentais da República. Nesse sentido, ele “desencadeia consequências jurídicas em várias direções”, tanto como tarefa ou obrigação imposta ao Estado, quanto como limite e parâmetro para a sua atuação. Além disso, “na medida em que é um fim do Estado de Direito e princípio fundamental da sua ordem de valores”, esse princípio também se constitui como padrão identificador da natureza da relação entre o Estado e o indivíduo, gerando implicações significativas, sobretudo na interpretação da natureza e do alcance dos direitos fundamentais.*

*A dignidade da pessoa humana não é apenas um princípio-limite no âmbito jurídico-constitucional. Ela possui um valor intrínseco e uma dimensão normativa própria. Em primeiro lugar, fundamenta a concretização do princípio antrópico ou personicêntrico,*

*que é inerente a diversos direitos fundamentais (...). Além disso, dá suporte material ao princípio da igualdade, proibindo qualquer tipo de diferenciação ou hierarquização de dignidades.*

*Esse princípio está subjacente a diversos dispositivos constitucionais relacionados aos direitos fundamentais, orientando tanto a sua concretização quanto a definição do seu alcance.*

*Conforme aponta Reis Novais, “a violação do princípio da dignidade da pessoa humana é avaliada em função da simultânea violação de outros princípios próprios do Estado de Direito”. Assim, nos domínios mais comuns de aplicação desse princípio (...), a violação de um direito fundamental em razão da ofensa ao princípio da dignidade humana pode ser também compreendida como uma violação de outros princípios constitucionais, como os princípios da igualdade, da proibição do excesso ou da proteção da confiança”. Isso permite concluir que “a dignidade humana foi afetada justamente porque outros princípios do Estado de Direito foram desrespeitados”. No entanto, “há casos, especialmente no campo dos direitos sociais, em que a violação da dignidade da pessoa humana surge, pelo menos aparentemente, como o fundamento essencial ou exclusivo na determinação da inconstitucionalidade”.*

*Ainda segundo o mesmo autor, “na medida em que a proteção da dignidade da pessoa humana é uma tarefa que o Estado deve cumprir, decorrem dela não apenas exigências de abstenção de comportamentos que atentem contra essa dignidade, mas também a necessidade de prestação sociais que garantam uma existência autodeterminada. Caso contrário, uma pessoa forçada a viver em condições de penúria extrema poderia ser involuntariamente reduzida a ‘mero objeto do acontecer social’, resultando, assim, em uma violação equivalente do princípio”.*

*Ponderada a afirmação cuja constitucionalidade se discute, atentos os fundamentos invocados para as mesmas e os respectivos pressupostos, não se pode deixar de se concluir que tal afirmação não colocou o requerente no limite ao nível dos animais, ou mesmo de um cadáver que é carne e osso (de um objeto), que não são dotadas de característica únicas que cada ser humano possui, o espírito e a personalidade humana conforme defendido pelo recorrente, pelo que carece de sentido a invocação da violação do*

*princípio da dignidade humana, como fundamento autónomo da inconstitucionalidade de tais medidas.*

*Com efeito, como bem defende o Acórdão recorrido, “todos os seres humanos têm na sua composição pelo menos esses dois elementos e nem por isso se sentiram desvalorizados.”*

*Na nossa perspectiva, a expressão utilizada não pode ser considerada ofensiva ou violadora da dignidade da pessoa humana dos arguidos, de acordo com o disposto no artigo 1.º, n.º 1 da CRCV.*

*Não se pode afirmar que a declaração em questão, por si só, coloque o recorrente em uma situação de carência absoluta que justifique o apelo ao princípio da dignidade da pessoa humana, reconhecido constitucionalmente como um dos fundamentos da República Cabo-verdiano.*

*Em relação ao facto de o Tribunal Recorrido ter considerado constitucional e legal a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, em inglês, língua que o recorrente não dominaria e entenderia pouco, diremos que concordamos com os fundamentos aduzidos pelo Supremo Tribunal de Justiça nos presentes (fls.121 a 124), e como tal não iremos acrescentar outros argumentos em relação a esta matéria.*

*De todo exposto somos do parecer que:*

- a) O recurso de amparo constitucional interposto preenche os pressupostos de admissibilidade;*
- b) Nada há a promover sobre a medida provisória por não ter sido solicitada;*
- c) Não se figura necessário qualquer providência para o restabelecimento do exercício de direitos, liberdades ou garantias, uma vez que não há sinais de que algum tenha sido violado.*

*Vossas Excelências, porém, decidem, em vosso alto e legal critério, conforme de direito.*

**5.** Em 01 de outubro de 2024, o projeto de acórdão foi depositado na Secretaria e o respetivo julgamento foi marcado para o dia 03 de outubro de 2024, às 09h00.

6. No dia 03 de outubro de 2024, às 09h00, realizou-se a audiência de julgamento, conforme o disposto no artigo 23.º da Lei do Amparo, tendo o Tribunal Constitucional proferido a decisão com a fundamentação que se segue.

## **II. Fundamentação**

7. O Supremo Tribunal de Justiça violou a dignidade da pessoa humana, quando, através do Acórdão n.º 63/2024, de 27 de março, considerou que não era contrário à dignidade da pessoa humana um Tribunal se dirigir a arguidos como pessoas de carne e osso?

7.1. Ao fundamentar a decisão impugnada, o Tribunal recorrido entendeu que a expressão “em carne e osso” é comumente utilizada para se fazer referência a pessoa ou pessoas fisicamente presentes num determinado evento ou para diferenciar uma pessoa natural de uma pessoa coletiva, não sendo por isso algo que o cidadão normal entenda como ofensivo à sua pessoa, e muito menos uma alusão que atinja a sua dignidade enquanto ser humano, já que não se destina a “degradar, apoucar ou reduzir à coisificação ou condição de simples objeto”; daí concluir que “a expressão ‘condenar os arguidos de carne e osso, se bem que totalmente despicienda, não assume a virtualidade passível de ofender ou violar a dignidade da pessoa humana (...)”;

7.2. O impugnante, por seu turno, alega que a expressão em análise seria “vulgarizante da dignidade da pessoa humana”, já que o homem não se resumiria a “carne e osso”; seria depreciativa e desvalorizante, e não conteria “o elemento caraterizador do ser humano”. Mais tarde, acrescentou que o ser humano possuiria uma dimensão subjetiva que ultrapassaria a simplicidade da carne e do osso. Assim, “reduzir o requerente a carne e osso é coloc[á]-lo[,] no limite[,] ao nível dos animais ou mesmo de um cadáver de carne e osso (de um objeto), que não são dotados da caraterística única que cada ser humano possui, o espírito e a personalidade humana.” Vide o Acórdão n.º 75/2024, de 02 de outubro, proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 21/2024, em que foi recorrente Nicola Markovic e entidade recorrida o Supremo Tribunal de Justiça, publicado na I Série do Boletim Oficial n.º 97, 17 de outubro de 2024.

7.3. A primeira conduta deve ser escrutinada de acordo com o parâmetro constitucional que se reconduz à dignidade da pessoa humana. Trata-se, por conseguinte, de um dos

parâmetros que tem conhecido um desenvolvimento muito acentuado na jurisprudência desta Corte Constitucional.

Com efeito, o Tribunal Constitucional já proferiu inúmeros arestos sobre a dignidade da pessoa, merecendo, portanto, destaque os seguintes:

o Acórdão n.º 7/2016 de 21 de abril de 2016, Rel. JC José Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 35, 10 de maio de 2016, pp. 1224-1251, Acórdão n.º 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio Pina v. Supremo Tribunal de Justiça, Rel. JC Aristides R. Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série n.º 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93 e respetivo voto vencido, e o Acórdão n.º 37/2022, de 12 de agosto, Kevin Rodrigues e Leonardo da Cruz v. STJ, sobre violação da garantia ao habeas corpus, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1962-1971. O entendimento sobre a dignidade da pessoa humana foi também aplicado nos seguintes arestos: Acórdão n.º 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab vs. STJ, Rel. JC José Pina delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, Acórdão n.º 32/2022, de 04 de agosto, PSD vs. CNE, Rel. JC José Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 29-36, e Acórdão n.º 158/2023, de 11 de outubro, Hélio Sanches vs. CNE, Rel. JC José Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 114, 2 de novembro de 2023, pp. 2339-2343.

**7.4.** A dignidade da pessoa humana ocupa um lugar de destaque no sistema constitucional cabo-verdiano, como tem sido, amiúde, referido, designadamente no Acórdão n.º 7/2016 de 21 de abril de 2016, proferido no âmbito dos Autos de Fiscalização Sucessiva da Constitucionalidade n.º 8/2015, Rel. JC Pina Delgado. Neste aresto ficou consignado que a Constituição da República (. . .) parte da conceção jus filosófica da dignidade da pessoa humana como pedra angular da construção do Estado Constitucional, reconhecendo assim o primado da pessoa humana face ao Estado. Pouco tempo depois, através de um voto particular, o relator daquele acórdão salientava que *a dignidade da pessoa humana é uma das bases do nosso sistema constitucional e um princípio objetivo da Comunidade Política Cabo-verdiana. Até onde isso é possível em Direito Constitucional, é uma verdade inquestionável, (...).*



Note-se que a Lei Fundamental da República de Cabo Verde proclamou, no seu Preâmbulo, enquanto instrumento hermenêutico, que a dignidade da pessoa humana se sobrepõe ao próprio Estado.

O entendimento sobre a dignidade da pessoa humana tem vindo a ser aplicado por este Coletivo em sucessivas decisões, como por exemplo, no Acórdão n.º 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, como valor institucional adotado pela Comunidade Política Cabo-Verdiana no Acórdão n.º 32/2022, de 04 de agosto, PSD v. CNE, sobre dever de pagamento de subvenções eleitorais por decurso de prazo decisório da CNE, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 29-36, e como valor constitucional supremo nos termos do Acórdão n.º 158/2023, de 11 de outubro, Hélio Sanches v. CNE, sobre pagamento de subvenção eleitoral em situação em que o candidato presidencial não obteve o mínimo de 10.º dos votos expressos, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 14, 2 de novembro de 2023, pp. 2339-2343.

Importa recordar que no Acórdão n.º 61/2024, de 9 de setembro, que admitiu o presente recurso, assentou-se ser necessário reiterar o entendimento atual do Tribunal segundo o qual a dignidade da pessoa humana possui também uma dimensão subjetiva por força da incorporação do artigo 5.º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos — através da cláusula de abertura do artigo 17.º parágrafo primeiro — ao sistema cabo-verdiano de direitos fundamentais, mas que pelo facto de ele se vivificar em vários outros direitos, liberdades e garantias, projetando-se sobre os mesmos, remete a invocação do direito à dignidade humana a uma situação mais residual, devendo por isso ser utilizado como parâmetro de escrutínio apenas naquelas situações que, pela sua natureza, não são cobertas por qualquer outro direito mais específico, solução que, aliás, já se tinha materializado através do Acórdão n.º 37/2022, de 12 de agosto, Kevin Rodrigues e Leonardo da Cruz v. STJ, sobre violação da garantia ao contraditório, à ampla defesa e à audiência prévia e da garantia ao *habeas corpus*.

Por conseguinte, a dignidade da pessoa humana manifesta-se através de diversas formas na ordem constitucional cabo-verdiana: como valor constitucional, como princípio constitucional estruturante e, a partir da cláusula de abertura, como direito subjetivo.

**7.5.** Do ponto de vista subjetivo, a dignidade da pessoa humana é concebida, desde logo, como um direito exclusivamente individual que não pode ser estendido a entidades abstratas como empresas. Veja-se, nesse sentido, o Acórdão n.º 39/2022, de 28 de outubro (Tecniciil Imobiliária - Sociedade Unipessoal, S.A. e Alfredo de Carvalho v. Procurador-Geral da República), publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2023.

A dignidade da pessoa humana tem como destinatário precípua todos os poderes do Estado, incluindo o administrativo (Acórdão n.º 8/2017, de 29 de junho, Sal Hotéis, S.A. v. Supremo Tribunal de Justiça, Rel. JC Aristides R. Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º. 42, 21 de julho de 2017, pp. 903-925), e, os próprios particulares, nomeadamente os partidos políticos (Acórdão n.º 18/2017, de 31 de julho, Maria Barros v. PAICV, Sobre a violação do princípio do contraditório e do dever de fundamentação das decisões por órgão jurisdicional partidário, Rel. JC Pina Delgado).

Decorre da essência da dignidade da pessoa humana tal como concebida pela Lei Fundamental da República de Cabo Verde que o valor que encerra obriga o Estado a abster-se de adotar medidas que possam consubstanciar-se em usar pessoas como meio para atingir as suas finalidades.

Numa dimensão positiva, o Estado deve usar os meios materiais à sua disposição para garantir que as pessoas não vivam abaixo de certos patamares existenciais, conforme o Acórdão 7/2016, de 28 de abril, *Fiscalização Abstrata Sucessiva de Constitucionalidade do artigo 9º, nº 2, da Lei de Organização do CSMJ, que impede o acesso a cargo de Vice-Presidente do CSMJ a magistrado judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 2.3.7.

**7.6.** Encontra-se consignado no Acórdão n.º 75/2024, de 02 de outubro, proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 21/2024, em que foi recorrente Nicola Markovic e entidade recorrida o Supremo Tribunal de Justiça, publicado na I Série do Boletim Oficial n.º 97, 17 de outubro de 2024, o seguinte: “ se a dignidade é um atributo

da pessoa humana que veda a negação do seu valor intrínseco, a sua instrumentalização, a sua humilhação e a sua vulnerabilização, o direito à dignidade da pessoa humana corresponde ao direito que um ser humano possui de ser tratado em concreto de acordo com o valor atribuído a um homem abstrato que transporta a humanidade em si. Neste sentido, uma violação ao direito à dignidade humana acontecerá nos casos em que uma conduta de um poder público ou de entidades privadas atinja não somente os direitos fundamentais de uma pessoa, mas, antes, a sua própria humanidade, aquilo que a caracteriza como um ser humano, portador de valor próprio, independentemente das circunstâncias em que se encontra, o que exige que se verifique se um ato ou uma omissão atinge a humanidade em si da pessoa e se há intenção de negação ou desconsideração grosseira da possibilidade de isso ocorrer.”

3.8. Neste caso concreto, não se vislumbra que estivesse em causa a afetação de qualquer dos direitos fundamentais acima mencionados, direitos esses inerentes à pessoa humana, nem tão pouco se poderia admitir que se estaria perante uma situação de vulneração da dignidade humana não coberta por outro direito fundamental mais específico, pois mesmo a honra que podia estar abstratamente em causa, parece ultrapassada pelos efeitos que o recorrente pretende atribuir ao facto de ter sido tratado como “arguido de carne e osso”.

Os juízes do Tribunal Constitucional reiteram, pois, a posição adotada pelo acórdão de admissibilidade, permissiva de inquérito de conformidade entre uma decisão que não censura o facto de um tribunal de julgamento tratar pessoas como arguidos de carne e osso e o direito subjetivo à dignidade da pessoa humana.

[...]

4. Dito isto, a questão de se saber se ao se designar o arguido – por outras palavras, conforme o artigo 74.º do Código de Processo Penal, uma pessoa sobre a qual “recaia forte suspeita de ter cometido um crime, cuja existência esteja suficientemente comprovada e como tal esteja constituído, nos termos do artigo 76.º – como sendo de carne e osso -negou-se a humanidade que ele transporta, deve ser apreciada do seguinte modo:

4.1. Tal negação e logo a violação do direito só aconteceriam se a expressão fosse objetivamente negadora da dignidade de uma pessoa; ou se, contextualmente, ela materializasse esse efeito ou ainda se o juiz subjetivamente a tivesse utilizado com o propósito de produzir esse efeito.

4.2. Em relação à ofensividade da expressão “arguido de carne e osso”,

4.2.1. Numa sociedade onde parte considerável da população professa a religião católica, ou que independentemente disso, esta integra, em forma religiosa ou secularizada, as tradições locais nacionais, nomeadamente ao código linguístico partilhado, com todas as implicações daí decorrentes, se possa compreender esta propensão para se querer fazer crer que um tribunal se referir a pessoa como arguidos de carne e osso seria vulgarizar a condição humana a eles inerente. Não parece que seja inverosímil que mesmo estando vincado na nossa Lei Fundamental que Cabo Verde é um Estado laico que respeita e reconhece a separação entre as igrejas e o Estado (artigo 2º parágrafo 2º), a conceção de dignidade humana que foi adotada na Constituição, seja reflexo, direto ou indireto, da ideia cristã e hebraica de o homem ser feito à imagem de Deus (*imago dei*), e que se diferencia dos outros animais pelo facto de além da matéria de carne e de osso, possuir ainda capacidade de raciocínio e entendimento das coisas, assim como sentimentos, o que no fundo corresponderia ao facto de estar dotado de uma alma;

4.2.2. Sobre a discussão aberta sobre a expressão de carne e osso, e da probabilidade de poder vulnerar a dignidade de um arguido quando colocada na sentença de um tribunal, não deixa de ser curioso que na própria Bíblia Sagrada, referindo-se ao momento da criação da mulher por Deus, se encontre no Livro de *Génese*, artigo 2º, versículos 21,22,23, o seguinte trecho: “(21) Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre o homem, e este adormeceu; tomou-lhe, então, uma das costelas, e fechou a carne em seu lugar; (22) e a costela que o Senhor Deus lhe tomara, formou a mulher e a trouxe ao homem. (23) Então disse o homem: esta é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne; ela será chamada varoa, porquanto do varão foi tomada” (*Bíblia Sagrada*, trad. Centro Bíblico Católico, Cucujães, Editorial Missões, 1998, p. 29), encontrando-se várias outras referências análogas ao longo das mesmas Escrituras, nomeadamente na *Epístola aos Efésios*, quando se destaca que “não é contra homens de carne e sangue que

temos de lutar, mas contra os principados e as potestades deste Mundo (...)” (*Id.*, p. 1997, 6/12 e ss);

4.2.3. A mesma ideia de que a condição humana se consubstancia no facto de o homem ser feito de carne e osso pode ser ainda encontrada no trecho do ensaio do filósofo Miguel de Unamuno, “El Hombre de Carne y Hueso” in: *Del Sentimiento Trágico de la Vida*, Madrid, Renacimiento, 1913, p. 5, na parte em que se referindo ao que entende ser verdadeiramente o ser humano, se expressa da seguinte forma: “(...) el hombre. El hombre de carne y hueso, el que nace, sufre y muere-sobre todo muere-, el que come y bebe y juega y duerme y piensa y quiere, el hombre que se ve y a quién se oye, el hermano, el verdadeiro hermano/ (...) o homem. O homem de carne e osso, aquele que nasce, sofre e morre - sobretudo morre -, aquele que come e bebe e brinca e dorme e pensa e quer, o homem que pode ser visto e ouvido, o irmão, o verdadeiro irmão”;

4.2.4. De resto, a alma, como atesta a leitura de luminares do pensamento universal que sobre ela se pronunciaram também não prescinde do corpo, dizendo a respeito Aristóteles, *Sobre a Alma*, Ana Maria Lobo (trad.), Lisboa, IN-CM, 2010, p. 62, que ela é “o primeiro ato de um corpo natural que possui vida em potência”, e Santo Agostinho, *Sobre a Potencialidade da Alma*, Aloysio Jansen de Faria (trad.), Petrópolis, Br., Vozes, 2018, p. 22, que o ser humano é constituído de “corpo e alma”.

4.3. E isso é só uma amostragem, pois dezenas de outros pensadores e literatos usam a expressão sem que, com isso, quisessem menorizar o homem;

4.3.1. Não só nas tradições e escritos cristãos conduzem a tal entendimento, bastando que qualquer atente às palavras que António Gramsci caracteriza a resistência de trabalhadores da FIAT em Itália, como a luta possível de homens de carne e osso, seres com limites, imperfeitos e, sobretudo, com necessidades físicas resultantes da sua condição humana (‘Uomini de carne e ossa’, *L’Ordine Nuovo. Quotidiano del Partito Comunista*, A. 1, N. 127, 8 maggio 1921, p. 1).

4.3.2. Nietzsche, *Menschliches, Allzumenschliches. Ein Buch für Freie Geister*, Leipzig, Druck und Naumann, 1894, p. 91, aforismo 82, normalmente traduzido por *Humano, Demasiadamente Humano*, caracterizou o Homem como um ser de ossos, carne, intestinos, vasos sanguíneos e alma revestidos por peles;

4.3.3. Entre nós, nenhuma censura havia de se fazer ao poeta Corsino Fortes, quando no poema “A Lestada de Lés a Lés” in: *A Cabeça Calva de Deus*, São Paulo, Escrituras, 2010, p. 181, proclamou solenemente que “Mesmo que o vento vergue, No eixo da terra E nos mastros da alma, Os ossos & séculos de sangue & secura [...] Mesmo sendo! Já não somos os flagelados do vento leste”.

4.4. Ademais, como disse e bem o próprio órgão judicial recorrido a expressão pode ser utilizada com as mais diversas intenções e aceções, desde aquelas que tenham base estético-literárias a necessidades de distinção com outro tipo de pessoas reconhecidas pelo direito, nomeadamente pelo direito penal; para qualificar o homem e distingui-lo de uma máquina ou de outra matéria mais inflexível e inerte – porque é de sangue e osso, não é de ferro, nem é de pedra, tem limites, é finito, sofre, sente dor, padece de doenças, tem frio e fome, fica com sede, etc. –; para indicar alguém que esteja presente fisicamente num determinado local (“em carne e osso”), etc., etc.

4.5. Se a expressão objetivamente considerada não produz, por si só, qualquer ataque inconstitucional contra a dignidade da pessoa, podia colocar-se a possibilidade de projetar tais efeitos em situações nas quais uma pessoa está em situação de vulnerabilidade, pois sujeita ao poder punitivo do Estado.

4.5.1. Mas, também neste particular não parece a este Tribunal que tal efeito se produz necessariamente, pois a expressão em si, dada a sua aceção polissémica, é relativamente neutra;

4.5.2. Pois, tanto pode ser associada a uma tentativa de extirpar um homem de elementos intangíveis que lhe são próprios, como também a mostrar solidariedade pela sua natureza e pelo sofrimento inerente à sua condição humana e corpórea.

4.6. No mesmo diapasão, não obstante poder entender as críticas que foram dirigidas à sentença por ter usado a expressão, dada a prática de os tribunais judiciais estarem adstritos à utilização de uma linguagem mais sóbria e técnica, o Tribunal Constitucional não consegue identificar qualquer intenção do juiz de julgamento de negar a humanidade do recorrente.

4.6.1. Com efeito, a expressão “(arguidos de carne e osso)” é usada uma única vez na sentença, no momento em que se fixou o valor das custas processuais e de procuradoria;

4.6.2. No mais, são genericamente tratados por arguidos ou pelo seu nome;

4.6.3. Nada mais tendo sido autuado, o Tribunal Constitucional não tem elementos adicionais que permitam identificar alguma intencionalidade maligna que conduziu à utilização da expressão;

4.6.4. E nem se sabe se a expressão não consta da sentença por engano, quiçá numa tentativa emprestada de outra decisão judicial em que também seriam arguidos pessoas coletivas. “

Com base na fundamentação e decisão vertidas para o Acórdão N.º 75/2024, de 02 de outubro, proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 21/2024, em que foi recorrente Nicola Markovic, coarguido do recorrente destes autos e entidade recorrida o Supremo Tribunal de Justiça, nestes autos é também entendimento do Tribunal Constitucional que designar pessoas como “arguidos de carne e osso”, em circunstâncias nas quais não existe qualquer evidência de uma intenção de negar a humanidade de um arguido não viola o direito à dignidade da pessoa humana.

Conclui-se, pois, que improcede a alegação de que se violou a dignidade da pessoa humana pelo facto de o Tribunal de Julgamento se ter dirigido ao arguido, ora recorrente, como pessoa de “carne e osso”, tendo a sentença sido confirmada pelo Acórdão n.º 63/2024, de 27 de março, proferido pelo Venerando Supremo Tribunal de Justiça.

**8.** A segunda conduta que foi admitida a trâmite e que se traduziu no facto de o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça ter considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório ao arguido, de nacionalidade montenegrina, tivesse sido feita em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco, deve ser escrutinada de acordo com os parâmetros de constitucionalidade relacionados com o direito à defesa, ao recurso e ao contraditório, não sem antes apresentar as posições da entidade recorrida e do recorrente.

**8.1.** O Supremo Tribunal de Justiça considerou que o facto de o arguido não ter sido notificado na sua língua materna como pretendia não constitui nenhuma violação da lei, posto que nenhuma norma determina que a notificação tenha de ser feita na língua materna do arguido que alega desconhecer a língua portuguesa. Por outro lado, o próprio recorrente declarou que entendia a língua inglesa e pela urgência que havia na sua notificação em contexto no qual a pessoa que podia assegurar a tradução para o

montenegrino não se encontrava disponível. Sendo prova de que tal comunicação se materializou o facto de o arguido ter reclamado da decisão que confirmou a sua condenação, pedindo esclarecimentos. Além disso, o Tribunal recorrido chamou a atenção para o facto de ser quase impossível fazer a notificação na língua materna de qualquer arguido, sobretudo em relação a idiomas usados em nações com as quais se tem menos contato. Isto porque é sempre mais difícil encontrar intérpretes que dominem esses idiomas, o que conduziria a “impossibilidades processuais”. Por fim, o Supremo Tribunal de Justiça, depois de ter recusado aceitar que não se cumpriu o artigo 6º do CPP ou que se vulnerou qualquer direito fundamental, negou provimento ao recurso.

**8.2.** O recorrente, por seu turno, entende que deveria ter sido notificado na sua língua materna, o único idioma que compreende bem.

**8.3.** Os direitos invocados como parâmetros já foram objeto de desenvolvimento jurisprudencial, como se pode ver pelos seguintes arestos desta Corte Constitucional:

“5.2.1. A garantia de exercício do contraditório no *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, B. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 3.1.2; no *Acórdão 10/2018, de 3 de maio, Joaquim Wenceslau v. STJ, sobre os direitos de audiência e de defesa, a garantia de não ser despedido com base em motivos políticos ou ideológicos e de não ser prejudicado em virtude das suas opções político-partidárias*, Rel: JP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 869-884, 1.4; no *Acórdão 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges v. STJ, sobre o direito ao contraditório, à audiência e ao devido processo legal e o direito à liberdade sobre o corpo*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 2132-2157, 1.4; no *Acórdão 9/2019, de 30 de julho, Arlindo Teixeira vs. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um*



*processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1618-1653, 7; no *Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789, 3.4.4; no *Acórdão 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347, 1.2., 2; no *Acórdão 25/2021, de 30 de abril, Walter Fernandes dos Reis v. STJ, sobre violação da garantia de não ser sujeito a prisão preventiva sem ser ouvido, do direito ao contraditório e à defesa, do direito de audiência prévia e ao recurso*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 62, 21 de junho de 2021, pp. 1895-1902, 3.1.1; no *Acórdão 38/2022, de 12 de agosto, António Tavares Monteiro v. TRS, sobre violação das garantias ao contraditório, à audiência e à ampla defesa em processo penal*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, N. 94, 28 de setembro de 2022, 5.1.3; no *Acórdão 129/2023, de 1 de agosto, Gilson Alex dos Santos Vieira e recorrido o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça - sobre o direito de defesa com foco no direito ao contraditório*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 87, 17 de agosto de 2023, pp. 1856-1859, 6-7; no *Acórdão 146/2023, de 31 de agosto, Johnny Barros Brandão v. TRS, sobre os direitos ao contraditório, à ampla defesa e à audição do arguido*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 95, 12 de setembro de 2023, pp. 2008-2012, 3.; no *Acórdão 163/2023, de 23 de outubro, Adair Manuel Sanches Batalha v. STJ*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 116, 7 de novembro de 2023, pp. 2371-2375, 10.1.; e no *Acórdão 58/2024, de 31 de julho, Júlio Alberto Costa Monteiro v. Tribunal da Relação de Sotavento*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 8 de agosto de 2024, pp. 1728-1732, 9..

5.2.2. O direito ao recurso, já analisado no *Acórdão 20/2019, Edílio Ribeiro v. STJ sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por intempestividade*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, 22 de julho de 2019, pp. 1214-1223, 2.5.5; no *Acórdão 50/2019, de 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por*

*ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 14 de janeiro de 2020, pp. 131-136; no *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino e Rafael Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716; no *Acórdão 15/2020, de 30 de abril, Eder Yanick Carvalho v. TRS, sobre violação das garantias a se ser julgado no mais curto espaço de tempo compatível com as garantias de defesa, ao recurso e ao processo justo e equitativo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1803-1813, 4.1.; no *Acórdão 60/2020, de 4 de dezembro, José Marcos v. STJ, sobre violação do direito de acesso à justiça e o direito de recurso*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 20, 19 de fevereiro de 2021, pp. 674-678, para. 1.2. e ss.; no *Acórdão 43/2021, de 30 de setembro, Aguinaldo Ribeiro v. STJ*, Rel: JC Aristides Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2594-2601, 7; no *Acórdão 58/2021, de 6 de dezembro, Okechukwu Onuzuruibgo e outros v. Presidente do TRS, sobre violação do direito ao recurso, à ampla defesa e ao processo justo e equitativo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 319-325, 3; no *Acórdão 59/2021, de 6 de dezembro, Adilson Staline v. Presidente do TRS, sobre violação do direito ao recurso, à ampla defesa e ao processo justo e equitativo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 326-331, 2; no *Acórdão 18/2022, de 19 de abril de 2022, Ivan Jorge Fernandes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, 1 de julho de 2022, pp. 1590-1596 (c)); no *Acórdão 33/2022, de 5 de agosto de 2022, David Manuel Sérgio Conceição v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e do direito ao habeas corpus*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1948-1951, 6.1.; no *Acórdão 34/2022, de 5 de agosto de 2022, Maria Augusta Correia Tavares v. STJ, sobre violação de posição jurídica de receber comunicação de decisões penais desfavoráveis e do direito ao recurso*, Rel: JC Pina Delgado, Publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1952-1954, 2. ss; no *Acórdão 175/2023, de 27 de novembro de 2023, Amadeu Fortes de Oliveira v. STJ, Admissão Parcial de Condutas Impugnadas*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2497-2515, 8.1.5.; e no *Acórdão 7/2024, de 19 de janeiro de 2024, Amadeu Fortes Oliveira v. STJ*,

Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 6 de fevereiro de 2024.

5.2.3. E, por fim, em relação ao direito de defesa, manifestou-se no *Acórdão 29/2019, de 30 de julho, Arlindo Teixeira vs. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel: JC Pina Delgado, 7; no *Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, 3.2.3; no *Acórdão 50/2019, Luís Firmino v. TRB, de 27 de dezembro, Rel: JC Pina Delgado, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, 1.2 e 2; no *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino e Rafael Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716, 4.2; no *Acórdão 15/2020, de 30 de abril, Éder Yanick Carvalho v. TRS, sobre violação das garantias a se ser julgado no mais curto espaço de tempo compatível com as garantias de defesa, ao recurso e ao processo justo e equitativo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1803-1813, 4; no *Acórdão 25/2021, de 30 de abril, Walter dos Reis v. STJ, sobre violação da garantia de não ser sujeito a prisão preventiva sem ser ouvido, do direito ao contraditório e à defesa, do direito de audiência prévia e ao recurso*, Rel: JC Pina Delgado, 3.1.1; no *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, 3.2.1, 3.2.2. e 3.2.3; no *Acórdão 43/2021, de 30 de setembro, Aguinaldo Ribeiro v. STJ*, Rel: JC Aristides Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2594-2601, 7.3. a 7.4; no *Acórdão 2/2022, de 26 de janeiro, Daniel Semedo e José Lino v. STJ*, Rel: JC Aristides Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 334-342, B.

5.15 e ss; no *Acórdão 38/2022, de 12 de agosto, António Tavares Monteiro v. TRS, sobre violação das garantias ao contraditório, à audiência e à ampla defesa em processo penal*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, N. 94, 28 de setembro de 2022, 5.1.3; no *Acórdão 129/2023, de 1 de agosto, Gilson Alex dos Santos Vieira e recorrido o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça - sobre o direito de defesa com foco no direito ao contraditório*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 87, 17 de agosto de 2023, pp. 1856-1859, 6-7; e no *Acórdão 146/2023, de 31 de agosto, Johnny Barros Brandão v. TRS, sobre os direitos ao contraditório, à ampla defesa e à audição do arguido*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 95, 12 de setembro de 2023, pp. 2008-2012.”

Acrescenta-se que a posição do Tribunal Constitucional sobre esses parâmetros constitucionais foi aplicada no recente *Acórdão n.º 75/2024, de 02 de outubro*, proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 21/2024, em que foi recorrente Nicola Markovic e entidade recorrida o Supremo Tribunal de Justiça, publicado na I Série do *Boletim Oficial* n.º 97, 17 de outubro de 2024.

**8.4.** No caso *sub judice*, facilmente se conclui pela improcedência da alegação de que se violou o direito ao recurso, visto que o recorrente teve acesso ao triplo grau de jurisdição, na medida em que recorreu da sentença do tribunal da primeira instância que o condenou; do *acórdão* do Tribunal da Relação de Sotavento que confirmou a condenação e deste para o Supremo Tribunal de Justiça.

**8.5.** Não há dúvida que exerceu o seu direito ao contraditório em relação a todos os atos praticados pelos órgãos judiciais que intervieram no processo. Por isso não se compreende em que medida o seu direito ao contraditório possa ter sido violado.

**8.6.** Consta dos autos que os *acórdãos* do Supremo Tribunal de Justiça lhe foram notificados em inglês, pelas razões suprarreferidas.

É evidente que o recorrente foi acompanhado desde o início do processo por um advogado constituído por si, tendo o mandatário interposto recurso de decisões que lhe foram notificadas, inclusive aquelas que foram traduzidas do português para o inglês.

De tudo o que fica exposto, é imperioso que seja aplicada toda a jurisprudência produzida pelo Tribunal Constitucional sobre a presunção de tomada de conhecimento de decisões,

considerando também a natureza instrumental da posição jurídica invocada pelo recorrente.

Veja-se, nesse sentido, o *Acórdão 38/2019, de 19 de dezembro, BASTA v. CNE, sobre a aplicação de coima por não apresentação de contas eleitorais*, Relator JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 20 de janeiro de 2020, pp. 88-106, 4.5.1, e densificada pelo *Acórdão 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347, 2, *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716, 5.2.3; no *Acórdão 19/2020, de 8 de maio, Paulo Alexandre Monteiro Ramos Andrade v. STJ, sobre garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1836-1847, 4.3.1; no *Acórdão 25/2021, de 30 de abril, Walter dos Reis v. STJ, sobre violação de garantia de não ser sujeito a prisão preventiva sem ser ouvido, do direito ao contraditório e à defesa, do direito à audiência prévia e ao recurso*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 62, 21 de junho de 2021, pp. 1895-1902, 3.3; no *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente à aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos internacionais por inconstitucionalidade*, Rel. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima e JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, 3.2.1. E; no *Acórdão 34/2022, de 5 de agosto, Maria Augusta v. STJ, sobre violação de posição jurídica de receber comunicação de decisões penais desfavoráveis e do direito ao recurso*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1952-1954, 2.2; no *Acórdão 23/2023, de 8 de março de 2023, Amadeu Fortes Oliveira v. STJ, Admissão Parcial de Condutas Impugnadas*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, 29 de março de 2023, pp. 851-860, 9.2.5; no *Acórdão 64/2023, de 28 de abril, Adair Sanches Batalha v. STJ, Admissão a Trâmite de conduta de se ter confirmado a condenação do*

recorrente, considerando improcedente o segmento do recurso na parte em que se entendeu que não cabia realizar julgamento em audiência pública contraditória no TRS com o argumento de o recorrente não ter indicado os pontos concretos de facto e de direito que pretendia ver debatidos na mesma, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 22 de maio de 2023, pp. 1273-1281, 9.2.5; no *Acórdão 81/2023, de 22 de maio, José Eduíno Moreira Lopes v. STJ*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 66, 15 de junho de 2023, pp. 1376-1384, 10; no *Acórdão 169/2023, de 31 de outubro, Chidiebere Venatus Obele dos Santos v. STJ*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2444-2449, 10; no *Acórdão 171/2023, de 21 de novembro, José Fonseca v. STJ, Inadmissão por ausência manifesta de violação de direito, liberdade e garantia e por rejeição anterior de recurso de amparo com objeto substancialmente igual*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2464-2472, 8.2.2. D; no *Acórdão 173/2023, de 23 de novembro, Crisolita do Livramento v. STJ, Inadmissão por manifesta inexistência de violação de direito, liberdade e garantia e por existência de recurso com objeto substancialmente igual rejeitado*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2480-2488, 10.1; e no *Acórdão 175/2023, de 27 de novembro, Amadeu Fortes de Oliveira v. STJ, Admissão Parcial de Condutas Impugnadas*, Rel: JCP Pina Delgado, Publicado no *Boletim Oficial*, N. 122, de 30 de novembro de 2023, pp. 2497-2515, 8.1.5; *Acórdão 30/2024, de 10 de abril, Rui Etelvino Filho v. STJ, Inadmissão por manifesta intempestividade*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, 17 de abril de 2024, pp. 850-861, 7.6.2. Adiciona-se, finalmente, o *Acórdão n.º 75/2024, de 02 de outubro, proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 21/2024, em que foi recorrente Nicola Markovic e entidade recorrida o Supremo Tribunal de Justiça, publicado na I Série do Boletim Oficial n.º 97, 17 de outubro de 2024.*

Assim sendo, e perante o acima exposto, não pode esta Corte considerar que a decisão do Egrégio STJ tenha violado qualquer direito ou garantia fundamental do recorrente, muito menos o direito à defesa, ao contraditório ou ao recurso.

**8.7.** Portando, o Tribunal Constitucional considera improcedente a alegação do recorrente de que se lhe violou o direito à defesa, ao contraditório ou ao recurso pelo facto de o Supremo Tribunal de Justiça, através do *Acórdão 63/2024, de 27 de março*, ter

considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, tivesse sido realizada em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional reunidos em plenário, decidem que:

- a) O Supremo Tribunal de Justiça, ao ter, através do *Acórdão 63/2024, de 27 de março*, considerado que não é contrário à dignidade da pessoa humana o Tribunal se dirigir a pessoas como ‘arguidos de carne e osso’, não violou o direito à dignidade humana;
- b) O Supremo Tribunal de Justiça, ao ter considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, fosse feita em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco, não violou o direito fundamental à defesa, ao recurso e ao contraditório.

Registe, notifique e publique.

Praia, 18 de novembro de 2024

*João Pinto Semedo* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*José Pina Delgado*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 18 de novembro de 2024.

O Secretário,

*João Borges*